



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 29 de outubro de 2017

**NÍVEL SUPERIOR**

**PROCURADOR JURÍDICO**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a Prova Objetiva com 40 (quarenta) questões, sendo 10 de Português e 30 de conhecimento específico. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 08h e término às 12h (horário local).**
4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre no formulário de Correção de Dados a devida correção.
6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
7. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O BOLETIM DE QUESTÕES deverá ser devolvido ao final da sua prova, juntamente com seu CARTÃO RESPOSTA, pois é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
12. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da Câmara Municipal de CAPANEMA o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2017 do referido concurso.

**Boa Prova.**

FADESP

## PORTUGUÊS

COM BASE NO TEXTO ABAIXO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 1 A 10.

### O desafio da equidade

*Claudia Costin*

1 Em tempos de generosidade restrita e de vocalização aberta de preconceitos, nada  
2 parece mais fora de moda do que falar de equidade. Mas é exatamente por esse quadro, em  
3 que se crê que cabe a cada um cuidar de sua vida na disputa por sucesso, que se torna  
4 urgente pensar em igualdade de oportunidades ou, em outros termos, que todos possam sair da  
5 mesma linha de partida.

6 Ora, se, como divulgou o IBGE nesta semana, a formação e os rendimentos futuros  
7 dos filhos dependem, em boa medida, da escolaridade dos pais, não há nenhuma justiça na  
8 disputa. Para construir um cenário mais justo, em que pobreza e exclusão não sejam destino, a  
9 educação pode ser um mecanismo.

10 Para tanto, deve-se começar cedo na vida de uma pessoa, de acordo com o relatório  
11 do Unicef "Oportunidades justas para cada criança", com educação infantil de qualidade, além  
12 de cuidados e nutrição adequados. Na falta de vagas para todos, nesse contexto, a prioridade  
13 nas creches públicas deveria ser para os mais pobres, que delas dependem para reduzir a  
14 desigualdade no seu desempenho futuro.

15 A abordagem não para por aí. O ensino deve acontecer de forma que todos aprendam,  
16 não apenas os já motivados ou com um bom repertório cultural na família. A concepção de um  
17 sistema competente de identificação de falhas de formação e de reforço escolar, associado com  
18 uma abordagem mais inclusiva no processo de ensino, é fundamental.

19 A escola deve ser apoiada num esforço para tratar de forma diferente cada aluno e  
20 esta é a grande diferença entre equidade e igualdade: para distintas necessidades e estilos de  
21 aprendizagem, recursos e processos adaptados a elas. Isso inclui alunos com deficiência,  
22 superdotados ou com fragilidades de formação. Trata-se de um desenho universal de  
23 aprendizagem que contemple a todos.

24 A busca da equidade demanda também atrair os melhores professores para os alunos  
25 que deles mais precisam. Isso pode significar pagar mais para professores que dão aulas em  
26 favelas em áreas violentas, em escolas rurais ou locais isolados. Essas escolas precisam  
27 também de maior suporte para assegurar que os alunos não abandonem as aulas e, de fato,  
28 desenvolvam tanto competências cognitivas como socioemocionais.

29 Finalmente, cabe a cada nível de escolaridade preparar a transição para a etapa  
30 seguinte e, ao absorver alunos com falhas de formação, não lavar as mãos. Um jovem  
31 universitário despreparado pode avançar muito se a escola criar programas de nivelamento ou  
32 cursos de verão para os que ainda não estão preparados. É possível construir um país mais  
33 justo para todos! Todos quer dizer todos.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2016/11/1833223-no-desafio-da-equidade-todos-quer-dizer-todos.shtml>>.

Acesso em: 18 nov. 2016.

1 Claudia Costin vale-se dos dados fornecidos pelo IBGE sobretudo para

- (A) criticar a falta de equidade nas creches públicas.
- (B) denunciar a falta de oportunidades na disputa pelo sucesso.
- (C) propor medidas educacionais capazes de reduzir futuras desigualdades.
- (D) revelar dados sobre a formação, o rendimento e a escolaridade dos pais de alunos.

2 O único enunciado em que **não** se expressa uma característica do nosso tempo, segundo a autora, é

- (A) *A generosidade é restrita.*
- (B) *Falar de equidade está fora de moda.*
- (C) *A vocalização de preconceitos é aberta.*
- (D) *O lema é promover a igualdade de oportunidades.*

3 Claudia Costin **não** menciona como ação importante, no âmbito educacional, o (a)

- (A) implementação de programas de nivelamento ou cursos de verão.
- (B) fortalecimento de alunos que já possuem um bom repertório cultural.
- (C) adoção de um sistema competente de identificação de falhas de formação.
- (D) melhor remuneração de professores que atuam em áreas perigosas ou longínquas.

4 Para Claudia Costin, a equidade consiste em

- (A) modernizar estilos, recursos e processos no âmbito do ensino/aprendizagem.
- (B) tratar de modo igual alunos com deficiência, superdotados ou com fragilidades de formação.
- (C) adotar um desenho de ensino capaz de motivar o aluno a construir um bom repertório cultural.
- (D) oferecer abordagens de ensino específicas de acordo com as necessidades e estilos de cada aluno.

5 Do enunciado “É possível construir um país mais justo para todos! Todos quer dizer todos.” (l. 32 e 33), só **não** se pode depreender a seguinte interpretação:

- (A) a realização de todos depende de cada um cuidar de sua vida na disputa por sucesso.
- (B) a escola deve ser necessariamente inclusiva, e a inclusão escolar deve abranger toda sorte de aluno.
- (C) alunos com deficiência, superdotados ou com fragilidades de formação devem ser contemplados pela escola.
- (D) a construção de um país mais justo depende de se oferecerem meios para que todos possam ter o mesmo ponto de partida.

6 Os elementos que sinalizam, no conjunto do texto, cada dado novo na progressão informacional são

- (A) em outros termos (l. 4), além de (l. 11), não apenas (l. 16), cabe a (l. 29).
- (B) ora (l. 6), em boa medida (l. 7), de acordo com (l. 10), associado com (l. 17).
- (C) de forma que (l. 15), esta é a grande diferença (l. 19 e 20), de fato (l. 27), ainda (l. 32).
- (D) ora (l. 6), para tanto (l. 10), a abordagem não para por aí (l. 15), também (l. 24), finalmente (l. 29).

7 No contexto em que é empregada, a palavra “equidade” significa

- (A) proporções e naturezas idênticas.
- (B) respeito à igualdade de direito de cada um.
- (C) fato de não apresentar diferença quantitativa.
- (D) igualdade absoluta em matéria social e cívica.

8 O período “Na falta de vagas para todos, nesse contexto, a prioridade nas creches públicas deveria ser para os mais pobres, que delas dependem para reduzir a desigualdade no seu desempenho futuro” (l. 12 a 14) é composto de três orações. A relação de sentido existente entre as orações está corretamente explicitada em

- (A) a terceira oração apresenta uma ideia contrária à apresentada na primeira.
- (B) a terceira oração revela a causa de os mais pobres dependerem das creches públicas.
- (C) a segunda oração – “que delas dependem” – explicita por que a prioridade nas creches públicas deveria ser dada aos mais pobres.
- (D) a segunda oração – “que delas dependem” – informa uma circunstância espaço-temporal em relação ao fato expresso na primeira.

9 Os vocábulos sublinhados apresentam o mesmo valor semântico em

- (A) “Mas é exatamente por esse quadro” (l. 2) / “A abordagem não para por aí” (l. 15).
- (B) “nada parece mais fora de moda do que falar de equidade” (l. 1 e 2) / “deve-se começar cedo na vida de uma pessoa” (l. 10).
- (C) “como divulgou o IBGE nesta semana” (l. 6) / “desenvolvam tanto competências cognitivas como socioemocionais” (l. 28).
- (D) “a prioridade nas creches públicas deveria ser para os mais pobres” (l. 12 e 13) / “cursos de verão para os que ainda não estão preparados” (l. 32).

10 Em relação ao emprego dos sinais de pontuação, é **correto** afirmar que

- (A) as aspas na linha 11 assinalam uma citação.
- (B) os dois-pontos na linha 20 introduzem uma explicação.
- (C) o ponto de exclamação na linha 33 expressa surpresa.
- (D) as vírgulas na linha 30 demarcam os limites de uma oração restritiva.

## PROCURADOR JURÍDICO

**11** Sobre o novo regime fiscal instituído pela emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pode-se afirmar que

- (A) são computados limites individuais para as despesas primárias do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, mas quanto ao Ministério Público da União, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Defensoria Pública da União não houve imposição de limites orçamentários.
- (B) nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal, os Poderes Executivo e Legislativo poderão compensar, com redução equivalente nas suas despesas primárias, o excesso de despesa primária do Poder Judiciário até o teto de 0,35% do limite de cada Poder.
- (C) incluem-se, na base de cálculo e nos limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal, as despesas com transferências constitucionais obrigatórias e com créditos extraordinários e excluem-se despesas não recorrentes da Justiça Federal com a realização de eleições e com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.
- (D) o Poder Executivo, em caso de descumprimento do limite individualizado, poderá ser proibido de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, até o final do exercício de retorno das despesas ao respectivo limite.

**12** Sobre o regime constitucional das imunidades parlamentares, é possível afirmar que

- (A) os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, somente poderão ser presos em caso de flagrante de crime inafiançável.
- (B) o Supremo Tribunal Federal, antes de receber denúncia contra Senador da República, aguardará autorização dos membros do Senado Federal por maioria de dois terços de votos dos integrantes da Casa Legislativa.
- (C) o Superior Tribunal de Justiça, antes de receber denúncia contra Deputado Federal, aguardará autorização dos membros da Câmara dos Deputados por maioria absoluta de votos dos integrantes da Casa Legislativa.
- (D) é garantida imunidade material e processual aos Vereadores.

**13** Sobre a organização dos municípios na Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que

- (A) é permitido à Câmara Municipal deliberar livremente sobre o percentual de suas despesas com folha de pagamento, respeitados os limites orçamentários totais.
- (B) o Presidente da Câmara Municipal não pode cometer crime de responsabilidade.
- (C) a Câmara Municipal é limitada a gastar até setenta por cento de sua receita em folha de pagamento, excluindo-se os gastos com subsídios dos Vereadores.
- (D) o Prefeito Municipal está submetido ao regime dos crimes de responsabilidade quando deixar de realizar os repasses orçamentários à Câmara Municipal até o dia vinte de cada mês ou quando repassá-los acima dos limites constitucionais.

**14** O modelo jurídico previsto na Constituição Federal de 1998, acerca da repartição de competências,

- (A) garante à União, aos Estados e aos Municípios a competência de organizar e manter o Poder Judiciário.
- (B) a competência legislativa concorrente limita a União a estabelecer normas gerais.
- (C) prevê que a competência administrativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios seja exercida em forma de comando e controle da União.
- (D) estabelece como competência privativa da União legislar sobre desapropriação, populações indígenas e jazidas, minas e outros recursos minerais, enquanto atribui aos Municípios competência privativa para legislar sobre registros públicos.

**15** De acordo com entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, sobre os Conselhos de Fiscalização Profissionais é INCORRETO afirmar que

- (A) possuem natureza jurídica de autarquias especiais, sendo pessoas jurídicas de direito público que se submetem à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).
- (B) se submetem ao sistema de concurso público para a seleção de pessoal.
- (C) se submetem ao regime de precatórios em pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, assegurando-se a igualdade entre os credores, com impessoalidade e observância de ordem cronológica, sem favorecimentos.
- (D) são dotados de poder de polícia e poder arrecadador, entretanto não participam do orçamento público, não recebem aporte do Poder Central nem se confundem com a Fazenda Pública.

**16** De acordo com a sistemática adotada pela Constituição Federal de 1988, especificamente em seu art. 37, inc. XI, é correto afirmar que

- (A) o teto remuneratório, a partir de critérios introduzidos por emendas constitucionais, não pode atingir situações consolidadas, observadas as regras preexistentes, porque vedado o confisco de direitos regularmente incorporados ao patrimônio do servidor público ativo ou inativo.
- (B) Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, na incidência do art. 37, XI, da CF, considera-se a somatória dos vínculos aplicando-se o teto quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- (C) a percepção somada de remunerações relativas a cargos acumuláveis interfere nos objetivos que inspiram o texto constitucional.
- (D) a incidência do limitador, considerado o somatório dos ganhos, não ensejaria enriquecimento sem causa do Poder Público.

**17** Acerca da fase de Instrução no Processo Administrativo Disciplinar, com base na normatização da Lei federal 9.784/99, é correto afirmar que

- (A) são admissíveis no processo administrativo as provas obtidas por quaisquer meios, desde que sirvam à ampla defesa.
- (B) a abertura da consulta pública será objeto de divulgação no átrio da sede do órgão responsável pelo procedimento, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações finais em sustentação oral.
- (C) o interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, vedada a requisição de diligências e perícias.
- (D) a Administração Pública, em caso de risco iminente, poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

**18** Acerca das normas para licitações e contratos da Administração Pública, é INCORRETO afirmar que

- (A) nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade.
- (B) o uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia não encontra amparo na Lei federal 10.520/2002.
- (C) o *caput* do art. 25 da Lei federal 8.666/93 apresenta função autônoma, já que a contratação direta pode se fundar de forma direta e exclusiva em tal dispositivo, mesmo que não haja enquadramento nos incisos do referido artigo que apresentam caráter exemplificativo.
- (D) é dispensável a licitação no caso de contratação de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

**19** A morosidade dos processos que tramitam no Poder Judiciário é um problema crônico que afeta o direito de acesso a uma justiça eficaz e rápida. O novo Código de Processo Civil Brasileiro, Lei 13.105, de 2015, consciente dessa distorção, visando a harmonizar as regras de processo civil com os anseios por uma prestação jurisdicional com efeitos concretos mais rápidos, disciplinou dois tipos de tutela provisória que, uma vez concedidas, permitem o gozo imediato dos direitos, ainda que de forma precária e não definitiva. No campo do Direito Processual Civil, no capítulo referente à tutela provisória, é correto afirmar que

- (A) a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, não pode ser concedida em caráter antecedente, apenas incidentalmente.
- (B) o juiz, para concessão da tutela de urgência, jamais pode exigir caução real idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- (C) a decisão que concede tutela de evidência precisa fundamentar-se no requisito do perigo da demora (*periculum in mora*), sob pena de nulidade da decisão.
- (D) a decisão que concede tutela de urgência não precisa de cognição profunda (exauriente), sendo suficiente um juízo superficial sobre os fatos, o direito e a urgência.

**20** Sabe-se que as ações possessórias estão dentro do estudo dos procedimentos especiais. Nestas ações possessórias, o ponto central de análise do julgador está na avaliação sobre se a posse adquirida é justa ou injusta, caracterizada no seu nascedouro por clandestinidade, violência ou precariedade. Sobre as ações possessórias, é correto afirmar que

- (A) o réu pode, em sede de contestação, pedir a proteção possessória e a indenização por perdas e danos resultantes da turbação ou esbulho cometido pelo autor.
- (B) a ação de manutenção de posse seguirá o procedimento comum, quando intentada dentro de ano e dia da turbação.
- (C) a ação de reintegração de posse é cabível, por lei, quando o possuidor simplesmente sofrer turbação em sua posse.
- (D) a decisão concessiva da liminar na ação possessória, quando o processo for regulado pelo rito especial, exige o requisito do perigo de dano irreversível ou de difícil reparação para a sua concessão.

**21** Pela disciplina dos Títulos Executivos judiciais, exige-se que o título executivo não apenas esteja descrito no rol dos títulos judiciais mas também contenha uma obrigação líquida, certa e exigível, de modo que, caso a obrigação a ser executada careça do requisito da liquidez, será possível o pedido de liquidação de sentença. Sobre a liquidação de sentença, é correto afirmar que

- (A) considera-se a obrigação líquida, quando seja necessário apenas simples cálculos aritméticos, devendo o exequente instruir seu requerimento de cumprimento de sentença com a planilha discriminada do seu crédito.
- (B) exige-se a liquidação de sentença por procedimento comum, quando for necessária prova pericial para avaliar o valor do dano sofrido.
- (C) somente é possível liquidar sentença ainda não transitada em julgado se o recurso contra ela interposto tiver efeito suspensivo.
- (D) a liquidação por arbitramento se faz necessária quando for necessário provar fato novo.

RASCUNHO

**22** O Novo Código de Processo Civil edificou uma reviravolta no tocante aos recursos Apelação e Agravo de Instrumento, possibilitando que a Apelação peça o reexame de algumas decisões interlocutórias e que o Agravo de Instrumento possa impugnar tão somente decisões interlocutórias descritas em rol exaustivo. Analise as decisões judiciais descritas abaixo:

- decisão parcial que extingue apenas um dos pedidos da inicial por considerá-lo improcedente;
- decisão que não admite juntada de documentos de um dos herdeiros em um processo de inventário;
- decisão que acolhe todos os pedidos da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito;
- decisão que indefere pedido de oitiva de uma testemunha em uma ação de indenização por danos morais, na fase do processo de conhecimento.

Os recursos cabíveis, respectivamente, em face de cada uma dessas decisões são, respectivamente,

- (A) agravo de instrumento; agravo de instrumento; apelação; apelação.
- (B) agravo de instrumento; apelação; apelação; apelação.
- (C) apelação; agravo de instrumento; apelação; agravo de instrumento.
- (D) apelação; agravo de instrumento; agravo de instrumento; apelação.

**23** Sobre Teoria da Empresa, Direito do Consumidor, Direito Falimentar e Títulos de Crédito, é correto afirmar que

- (A) o conceito de empresário adotado pelo Código Civil encontra amparo na Teoria da Empresa, que considera aquele que profissionalmente realiza atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Na mesma linha, a Teoria dos Atos de Comércio, ainda em vigor, exclui desse conceito aquele que exerce profissão intelectual, de natureza artística, literária ou científica, mesmo que com o concurso de auxiliares, inclusive se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (B) destaca-se, entre os direitos básicos do consumidor, a proteção à publicidade enganosa e abusiva. Pode ser considerada como publicidade enganosa aquela discriminatória de qualquer natureza, ao passo que a publicidade abusiva envolve aquela inteira ou parcialmente falsa, que induz o consumidor a erro quanto às características dos produtos ou serviços.
- (C) não pode ser incluído o crédito trabalhista no plano de recuperação extrajudicial. De acordo com a classificação dos créditos na falência, o pagamento do crédito tributário prefere aos créditos com privilégio especial.
- (D) o cheque é ordem de pagamento à vista, cujos requisitos obrigatórios legais são a cláusula cambiária “cheque”, inscrita no contexto do título e expressa em língua portuguesa; a ordem incondicional de pagar determinada quantia; o nome da instituição financeira; a data de vencimento e a assinatura do emitente.

**24** Sobre Sociedades e Contratos Mercantis, é correto afirmar que

- (A) De acordo com a Lei 6404/76, a cada ação ordinária corresponde 01 (um) voto nas deliberações da assembleia geral, de acordo com a Lei 6404/76, e é possível atribuir voto plural a qualquer classe de ação.
- (B) a responsabilidade de cada sócio, na sociedade limitada, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social. Na sociedade anônima, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- (C) a transformação de tipos societários não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores. Na incorporação entre tipos societários, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos. A fusão, por sua vez, determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas não sucederá nos direitos e obrigações.
- (D) a circular oferta de franquia, no contrato de franquia empresarial previsto na Lei 8955/94, deverá ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo 10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou à empresa ou pessoa ligada a este.

**25** No que se refere à Parte Geral do Direito Civil, é correto afirmar que

- (A) é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.
- (B) consideram-se bens imóveis para os efeitos legais: as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (C) têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo, o deficiente e o preso. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer esporadicamente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- (D) De acordo com o Código Civil, todo homem é capaz de direitos e deveres na ordem civil. A personalidade civil da pessoa física tem início com o nascimento, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, o direito do nascituro. As pessoas jurídicas de direito privado são as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada cuja personalidade jurídica tem início com o seu registro na Junta Comercial.

**26** Referente aos contratos e obrigações disciplinados pelo Código Civil, é correto afirmar que

- (A) a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios da coisa, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (B) incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora. O valor da cominação da cláusula penal deve ser obrigatoriamente um percentual fixado no contrato relativo ao principal.
- (C) um dos contratantes, pelo contrato de compra e venda, se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro. A delimitação do valor do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiros, tampouco aplicação de mediação. Isto porque, até o momento da tradição, os riscos devem ser divididos entre comprador e vendedor.
- (D) considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra, que pode ser formalizado por escritura pública ou instrumento particular.

**27** Sobre as espécies tributárias, é correto afirmar que

- (A) as taxas, como são cobradas em competência comum entre os entes da Federação, mesmo tendo como possível fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, não podem ser instituídas para remunerar o serviço de iluminação pública.
- (B) as taxas, como são cobradas em competência concorrente entre os entes da Federação, tendo como possível fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, podem ser instituídas para remunerar o serviço de iluminação pública.
- (C) o Supremo Tribunal Federal não deliberou sobre a constitucionalidade da taxa de iluminação pública.
- (D) o Supremo Tribunal Federal admite a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição de iluminação pública.

**28** Sobre o processo legislativo tributário e os prazos prescricionais e decadenciais, é correto afirmar que

- (A) os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prazos prescricionais e decadenciais dos créditos tributários ali previstos, são constitucionais.
- (B) os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prazos prescricionais e decadenciais dos créditos tributários ali previstos, são constitucionais porque previstos em Lei Ordinária.
- (C) é a Lei Ordinária que tem competência para prever prazos prescricionais e decadenciais em matéria tributária.
- (D) é a Lei Complementar, e não a Lei Ordinária, que tem competência para prever prazos decadenciais e prescricionais em matéria tributária, daí porque a Lei nº 8.212/1991 teve seus artigos 45 e 46 declarados inconstitucionais.

**29** Sobre a progressividade do IPTU, é correto afirmar que

- (A) a Constituição Federal admite exclusivamente a progressividade extrafiscal do IPTU prevista também no Estatuto da Cidade.
- (B) a Constituição Federal admite a progressividade fiscal e a extrafiscal do IPTU, ambas condicionadas à existência do Plano Diretor da Cidade, previsto no Estatuto da Cidade.
- (C) a Constituição Federal só passou a admitir a progressividade fiscal do IPTU com o advento da EC 29/2000.
- (D) a Constituição Federal, desde a sua criação, em 1988, sempre admitiu a progressividade fiscal e extrafiscal do IPTU, expressamente.

**30** Sobre a isenção tributária, é correto afirmar que estão previstas

- (A) na Constituição Federal são tipificadas como formas de extinção do crédito tributário.
- (B) em normas infraconstitucionais são consideradas renúncias de receita pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) em normas infraconstitucionais são consideradas formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (D) em normas infraconstitucionais autônomas e, por isso, políticas financeiras que não precisam de previsão orçamentária.

**31** Sobre o Recurso de Revista no procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que é cabível

- (A) apenas por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (B) por contrariedade à jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta ou contrariedade às Orientações Jurisprudenciais da SDI – I do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) contra decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho, prolator da decisão recorrida, interpretação divergente.
- (D) contra decisões proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

**32** Acerca do Recurso de Revista, é correto afirmar que

- (A) deverá expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração simples e didática de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou de orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
- (B) deverá expor, de forma simples e sucinta, as razões do pedido de reforma, bem como dos fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração simples e didática de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de convenção coletiva ou de orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
- (C) é ônus da parte recorrente indicar, no recurso, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o pré-questionamento da controvérsia nele instaurada e, de forma explícita e fundamentada, a contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional.
- (D) é cabível contra as decisões originárias dos Tribunais Regionais do Trabalho que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno, ou na Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte.

**33** Sobre os recursos no processo do trabalho, é correto afirmar que serão interpostos por simples petição e terão,

- (A) salvo as exceções previstas na própria CLT, efeito suspensivo, permitida a execução provisória até a penhora.
- (B) salvo as exceções previstas na própria CLT, efeito meramente devolutivo, permitida a execução provisória até a penhora.
- (C) em absoluto, efeito meramente devolutivo, permitida a execução definitiva mediante caução pela parte interessada.
- (D) salvo as exceções previstas na própria CLT, efeito meramente devolutivo, permitida a execução definitiva, com a retenção de valores até o trânsito em julgado da última decisão.

**34** No tocante aos embargos no Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que são cabíveis das decisões

- (A) das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais e Coletivos, ou contrárias à súmula ou orientação jurisprudencial ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (B) das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula ou orientação jurisprudencial ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (D) não unânimes de julgamento que conciliam, julgam ou homologam conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estendam ou revejam as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho.

RASCUNHO

**35** “Completou um ano nesta quinta-feira (6) o naufrágio do navio Haidar, que afundou com cinco mil bois vivos no porto de Vila do Conde, em Barcarena, nordeste do Pará. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), as negociações com as empresas envolvidas no acidente continuam, assim como as ações judiciais em andamento. De acordo com o MPF, houve retirada de óleo e das carcaças de animais, bem como atendimento emergencial à população mais impactada, com fornecimento de água e cestas básicas nos primeiros momentos após o naufrágio. A Companhia Docas do Pará (CDP) informou que a área do naufrágio está protegida por boias de sinalização e barreiras de contenção para evitar o vazamento de óleo, e que todas as operações de embarque e desembarque autorizadas próximo ao local do naufrágio são acompanhadas pela capitania dos portos. O navio, que estava a caminho da Venezuela, naufragou no dia 6 de outubro de 2015, com quase 700 toneladas de óleo e cerca de cinco mil bois vivos. Após o incidente, três praias de Vila do Conde, o píer onde ocorreu o naufrágio e a praia de Beja, em Abaetetuba, foram interditados e proibidos para qualquer tipo de atividade. (...) De acordo com ação do Ministério Público Federal (MPF), o dano socioambiental para os moradores dos municípios de Barcarena e Abaetetuba soma R\$ 71 milhões em indenizações que ainda não foram pagas.”

(Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/10/naufragio-de-navio-com-5-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-um-ano.html>).

O exemplo em destaque no texto acima demonstra que o dano ambiental possui natureza difusa, com difícil dimensão da sua extensão e indivisibilidade dos prejuízos, podendo facilmente ter afetação intergeracional. Neste contexto, no que tange à responsabilização por dano ambiental, é correto afirmar que

- (A) as condutas lesivas ao meio ambiente, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, razão pela qual não se faz necessário, de acordo com a Constituição Federal, pleitear a reparação do dano na esfera civil.
- (B) ao poluidor, desde que comprovada a existência de culpa, resta obrigado a indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente ou a terceiros, de acordo com a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.
- (C) o direito brasileiro adotou a teoria do risco integral, no que tange à apuração da responsabilidade civil por dano ambiental, a qual estabelece que a pessoa responsável pelo dano tem o dever de repará-lo, ou cessá-lo e, também, impedir que outras circunstâncias adversas gerem novos danos, desde que comprovado o dolo ou a culpa.
- (D) a prestação de serviços à comunidade e a interdição temporária de direitos são medidas restritivas de direito, de acordo com a Lei 9.605/98, que trata das sanções administrativas e penais em razão do dano ambiental.

**36** "A falha está na gestão. O problema não é de ordem técnica, mas político-administrativa". Jackson Roehrig, professor de gestão de recursos hídricos da Universidade de Ciências Aplicadas de Colônia, na Alemanha, resume a crise hídrica no Sudeste do país a falhas de gestão.”

(Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/crise-da-agua-nao-e-problema-tecnico-mas-de-gestao-4938.html>)

Para tratar da gestão de recursos hídricos no Brasil, deve-se analisar a Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, baseada em uma gestão descentralizada da água. Para efetivar esta gestão, a referida legislação enumera os seguintes instrumentos:

- (A) os planos de recursos hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- (B) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
- (C) gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade; o enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- (D) a compensação a municípios; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

**37** O art. 225, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Federal, dispõe que cabe ao poder público definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Destarte, após intensos debates entre ambientalistas, cientistas e organizações não governamentais no ano 2000, foi publicada a Lei 9.985, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com o art. 3º da Lei, o SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, divididas entre unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Em relação às espécies de unidades de conservação, é correto afirmar que

- (A) o Refúgio da Vida Silvestre tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- (B) a Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- (C) a Estação Ecológica tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
- (D) a Área de Relevante Interesse Ecológico abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

**38** Sobre a progressão funcional prevista na Lei Municipal 6.378/2017, é correto afirmar que ela decorre do(da)

- (A) exercício de suas funções e pelo transcurso de lapso temporal a cada interstício de dois anos.
- (B) avaliação de desempenho há cada dois anos.
- (C) avaliação de desempenho e do efetivo exercício do cargo a cada dois anos.
- (D) avaliação de desempenho e do efetivo exercício do cargo a cada três anos.

**39** Segundo o Código Tributário do Município de Capanema, Lei 6.258/2008,

- (A) a imunidade recíproca entre os entes que compõem a Federação está prevista no art. 7º, I, como isenção.
- (B) a imunidade recíproca entre os entes que compõem a Federação, por ter previsão constitucional, consta na Lei 6.258/2008, como imunidade.
- (C) a isenção, prevista no art.7º, I, está em desacordo com o art.150, VI, “a”, da Constituição Federal.
- (D) a isenção, prevista no art.7º, I, é inconstitucional, porque fere o art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

**40** Sobre a Lei nº 6258/2008, que cria o Código Tributário do Município de Capanema, é correto afirmar que as isenções são previstas em

- (A) uma única sessão do Código.
- (B) sessões correspondentes a cada tributo.
- (C) leis ordinárias específicas para essa finalidade.
- (D) em tabelas anexas ao Código.

RASCUNHO